

11 A 13
DE DEZEMBRO
DE 2024

EVENTO PRESENCIAL
NA UFRPE RECIFE

2º Congresso Internacional de Agroecologia
e Desenvolvimento Territorial (CIADT)
11º Seminário de Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial (SEADT)

TEMA

Agroecologia política, sistemas alimentares e transições agroecológicas

UNIVASF UNEB APOIO CAPES

Os estudos da fronteira por José de Souza Martins

Clayton dos Santos Silva. Doutorando em Sistemas de Produção Agrícola Familiar; Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); E-mail: clayton.silva@ufpel.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3496932554715717>.

João Manoel da Silva. Professor; Instituto Federal de Alagoas (IFAL); E-mail: agrobio.jm@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2574390886279350>.

Fabrcio Ardaís Medeiros. Professor; Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); E-mail: fabrcio.medeiros@ufpel.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5735475748810558>.

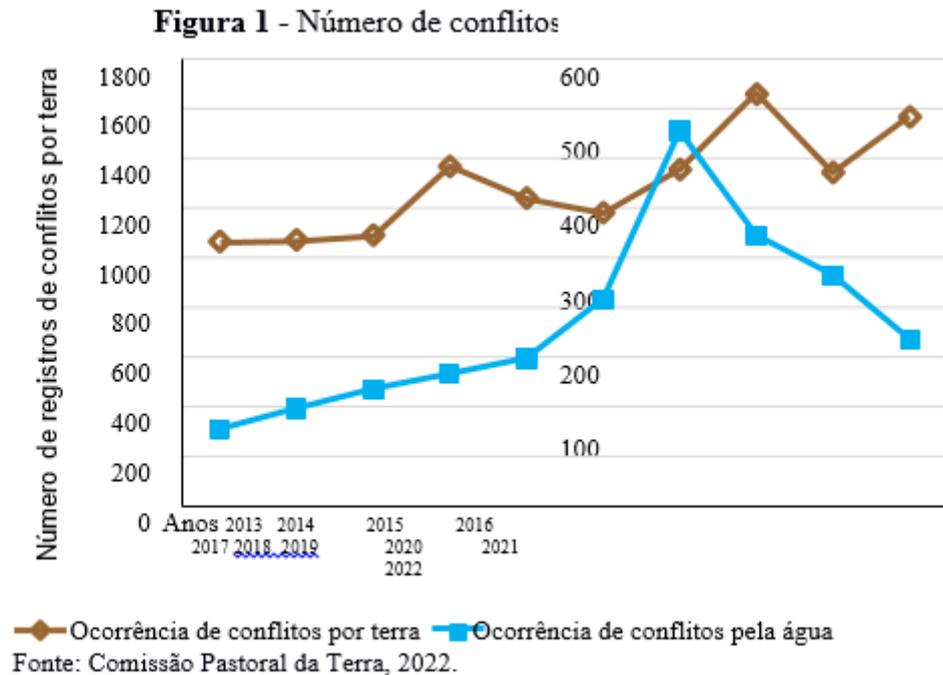
Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Territorialidades.

1 Introdução

A maioria dos estabelecimentos rurais no Brasil ocupa área entre 1 e 50 hectares, representando, aproximadamente, 70% do total de propriedades agrícolas no país. No entanto, apenas 2% das propriedades possuem extensão que varia de 500 a mais de 10.000 hectares. Em resumo, enquanto 3.523.776 de unidades rurais estão distribuídas em 44.584.385 ha, 106.081 concentram mais de 306 milhões. Ou seja, esses poucos detêm 87% de toda área ocupada no país. Por outro lado, 1,5% dos produtores rurais não possuem acesso para o exercício de atividades produtivas (IBGE, 2017), evidenciando a persistente desigualdade resultante da herança colonial e da ausência de uma reforma agrária eficaz no Brasil até o momento. Assim, essa realidade foi e é marcada a ferro, fogo e sangue.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2022, houve o aumento da concentração fundiária, do desmatamento e da violência no campo. No Brasil aconteceram mais de 2.000 casos de tensão, principalmente por terra, água e condições de trabalho. Ainda, 47 pessoas foram assassinadas no país em decorrência da disputa pela terra e seus meios. O

ápice dos conflitos no campo se deu durante a gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Em 2019, o órgão contabilizou cerca de 505 casos de conflito pela água, já em 2020 houve 1.665 por terra (Figura 1).



As situações de tensão são resultado de uma interação não pacífica entre determinados atores sociais, bem delineados e com diferentes funções na dinâmica agrária. Esses são conceitos relacionados ao processo de ocupação e transformação do espaço geográfico, frequentemente utilizados em estudos sobre a fronteira.

José de Souza Martins é um renomado sociólogo brasileiro, reconhecido por suas contribuições significativas no campo dos estudos da fronteira. Ao longo de sua carreira, Martins se dedicou a investigar as complexidades e dinâmicas presentes nessas regiões, especialmente na Amazônia. Seus estudos pioneiros forneceram uma visão abrangente dos conflitos, desafios e interações sociais nesses territórios.

Em sua obra, Martins destaca a importância de um trabalho de campo individual, baseado em experiências diretas e no estabelecimento de laços de confiança com as populações inseridas. Sua abordagem engajada e crítica permite uma compreensão mais profunda das realidades vivenciadas pelos atores sociais nesses espaços em disputa, desafiando noções estereotipadas e ampliando nosso conhecimento sobre as complexidades socioculturais dessas regiões. Assim, objetiva-se analisar a obra de José de Souza Martins no

que tange ao estudo das diferentes fronteiras brasileiras para a síntese de suas percepções acerca dos conflitos agrários.

2 Referencial teórico

Diferentemente do desenvolvimento agrícola, condicionante a variáveis agronômicas de produção; e do agrário, gerado por interpretações na maioria das vezes marxistas, das interações do rural a longo prazo; o desenvolvimento rural induz mudanças produtivas, econômicas e sociais em um determinado ambiente, campestre, por meio de políticas públicas, geralmente. Esse tipo de desenvolvimento era o responsável pela modernização do campo brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970 (NAVARRO, 2001).

A revolução verde, debatida quando se discute a ascensão do agronegócio e de suas práticas, foi um processo de modernização do campo que objetivou ampliar a produção animal e vegetal através da incorporação de inovações tecnológicas. Em um tom unificador, seu lema era “alimentos para a paz” (PRIMAVESI, 2003). O país buscava reduzir a importação de alimentos, fortalecer sua economia, promover o desenvolvimento rural e garantir a segurança alimentar em um país que enfrentava um crescimento populacional acelerado. Contudo, a fome não foi extinta. Eram nobres objetivos em teoria, porém na prática pôde-se constatar as suas interferências.

Assim, houve a ampliação das áreas cultivadas e, conseqüentemente, a consolidação da estrutura latifundiária – resquício do regime de sesmarias. Essa transformação impulsionou, principalmente, a produção homogênea de cereais e grãos, como soja, milho e trigo, e de cana-de-açúcar, que se tornaram importantes *commodities* agrícolas do país (ROSA, 1998). O mercado, a partir de então, passava a ditar o que era produzido e como.

Apesar de o agronegócio tomar esse modelo, intensivo, como molde da atividade há algumas décadas, a partir do despoite da revolução verde, é no presente que expressa os seus efeitos, fragilizando a relação sociedade–natureza através da expansão de suas fronteiras. Desse modo, a concentração de terras é um problema estrutural que acarreta a privação de áreas potenciais e recursos a determinadas camadas, exclusas, da sociedade agrária não dominante.

Logo, as situações de conflito no campo são fenômenos complexos e multifacetados, envolvendo disputas territoriais, questões étnicas, políticas, socioeconômicas e culturais. Nas áreas fronteiriças, os limites geográficos se tornam zonas de contato, onde diferentes grupos e culturas interagem e se confrontam (MARTINS, 2009). As fronteiras, portanto, podem se tornar palco de disputas violentas e de resistência a essas. Esses conflitos podem resultar,

então, em deslocamentos forçados, violações dos direitos humanos, violência étnica e episódios de violência generalizada.

As fronteiras agrícolas representam, portanto, o avanço das práticas agrícolas ou pecuárias, estritamente capitalistas, sobre o meio natural em áreas pouco povoadas. Esse processo é um dos principais objetos estudados por José de Souza Martins e que será aqui discutido.

3 Metodologia

A metodologia adotada para relatar a visão de José de Souza Martins sobre a fronteira consistiu em uma abordagem interpretativa dos seus escritos. Primeiramente, foi realizada uma revisão extensiva das suas principais obras, incluindo livros, artigos e ensaios que abordam a temática. Essa revisão permitiu o apanhado de duas publicações: *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira* (1996) e *Fronteira - a degradação do Outro nos confins do humano* (2009), utilizados como referência teórica em trabalhos que também retratam as implicações da fronteira.

Assim, realizou-se uma leitura cuidadosa do conteúdo dessas obras, identificando as principais visões e argumentos de Martins sobre a fronteira. Serão destacados os elementos-chave presentes em suas análises, como as diferentes concepções da fronteira, o papel dos conflitos, as relações de poder, as dinâmicas sociais específicas das regiões fronteiriças e as características da pesquisa na fronteira.

4 Resultados e Discussão

O autor descreve duas etapas para a consolidação da agricultura e da pecuária. A primeira, chamada de frente de expansão, envolve a ocupação inicial de áreas naturais por grupos sociais, como famílias e comunidades tradicionais, que passam a cultivar e transformar esses espaços, cumprindo a função social da terra. A frente de expansão é o estágio preliminar à frente pioneira, que é caracterizada pela chegada dos grandes produtores rurais que se apropriam dessas áreas, geralmente de maneira dramática e violenta, para estabelecer a produção em larga escala. Há, portanto, uma sobreposição de poder. Esse choque de interesses é o principal gerador de conflitos no campo.

A frente de expansão foi o principal fenômeno analisado por José de Souza Martins no que tange o estudo sobre as fronteiras no Brasil. Ele critica veemente a adoção do olhar do pioneiro na análise da fronteira, o olhar geográfico. Dessa forma, o autor questiona o retrato da fronteira a partir do discurso do agente que “leva o desenvolvimento e a

modernidade aonde não existe”. Essa perspectiva ocasionaria, então, a negligência do seu aspecto trágico. Ele enfatiza a importância da percepção do conflito pelas vítimas, como mesmo denomina, pela vivência plena do conflito e de seus desdobramentos. Tem-se, então, a frente de expansão como figura de análise das dinâmicas sociais do campo a partir de uma concepção antropológica. Martins ainda expõe a insuficiência metodológica nos estudos da fronteira, desde a participação coletiva em campo; o tempo limitado de permanência do pesquisador na área conflituosa; até a neutralidade e superficialidade dos trabalhos que não transmitem o real cenário existente, dramático.

A presunção da neutralidade do pesquisador é vista por Martins como um ranço positivista que bloqueia o acesso aos dados mais importantes, ciosamente guardados por aqueles que se constituem como os protagonistas das ocorrências e acontecimentos, como apontado.

As fronteiras separam diferentes tempos históricos, ou seja, elas não se reduzem à sua dimensão espacial. Assim, a fronteira também é um lugar de ambiguidade e contradições. Ao tempo que ela se caracteriza pelo conflito, ela se caracteriza pela esperança, pela busca de um alcançável *Shangri-la*. A fronteira só é caracterizada através do conflito e esse conflito gera morte, expropriação, renegação e a degradação do outro. A partir do momento que o conflito cessa, a fronteira se esvai. Martins ressalta que a fronteira é o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar em estudos sobre, ou seja, a fronteira é o ponto que delimita o “nós” de “eles”.

Lá o homem não se depara com o conhecido, mas com o estranho. Os “civilizados”, sujeitos mais próximos à nossa realidade social, como Martins aponta, possuem uma percepção da disputa diferente da dos indivíduos da frente de expansão. Esses são caracterizados como não humanos ou animais. No artigo O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira Martins expõe, por exemplo, a visão social do indígena como um ser animalesco, o que fomenta o conflito e a subordinação, pela ausência de humanidade e a não descoberta do outro. Logo, o “Outro” desapareceu com o desenvolvimento (SACHS, 2000).

O aspecto da fronteira foi e é permeado historicamente através da remodelação territorial e cultural das populações ao longo dos anos; da reprodução social do capital que molda as dinâmicas sociais desde a colônia portuguesa. Não é uma situação pontual, mas atemporal. Ou seja, as raízes dos problemas que modelam o campo brasileiro são perpetuadas em organizações e estruturas físicas e sociais. É o resultado do tão procurado desenvolvimento.

Assim, torna-se importante destacar que, como a realidade agrária brasileira é heterogênea, a encontrada no Nordeste é diferente da do Sul, os estudos realizados também devem ser diferentes, adequados à história e à identidade local. Isso se aplica, até mesmo, aos trabalhos de investigação das fronteiras.

A partir de suas vivências e percepções em campo, que se deram durante a ditadura militar, Martins aponta determinadas características que servem como uma bússola para os pesquisadores. Durante 30 anos, ele se dedicou incansavelmente ao estudo das fronteiras, sendo 16 desses vividos em diferentes localidades da Amazônia. Sua abordagem foi caracterizada pela pesquisa desacompanhada e pela utilização de técnicas de investigação e inserção pedagógica temporária. Sua trajetória, ainda, foi marcada pela falta de recursos para a realização do trabalho e pelo ambiente repressivo (sua vida e segurança estavam em constante risco).

No decorrer das investigações, Martins foi constantemente questionado pelos grupos estudados. Nesse contexto, ele não apenas oferecia respostas, mas também lançava novas perguntas, estimulando o aprofundamento da realidade e a verticalização do conhecimento. Como material resultante, obteve-se aproximadamente 200 horas de entrevistas gravadas. Além disso, foram compilados cerca de 11.000 registros de ocorrência, principalmente relacionados a conflitos entre brancos e indígenas. Também foram catalogados cerca de 500 registros que abordavam episódios de escravidão por dívida. Martins meticulosamente registrou suas observações em cadernos de campo, totalizando mais de 8.000 páginas preenchidas. Ainda, ele reuniu centenas de cartas, documentos e relatórios organizados por grupos locais. A fim de obter uma perspectiva mais abrangente das situações de fronteira, ele buscou informações complementares em materiais etnográficos e históricos. Eis o caráter sistêmico da pesquisa de Martins.

Para o pesquisador chegar ao núcleo do conflito, ele deve ir a campo sozinho para observar os aspectos da fronteira; restringir os seus relacionamentos aos membros conhecidos da comunidade para impedir a emergência de ambiguidades; criar laços de confiança e uma postura clara quanto ao seu trabalho junto à comunidade; evitar a neutralidade, pois, numa situação conflituosa, ela pode obstruir o acesso aos dados mais relevantes; e trabalhar por um tempo suficientemente longo para que o maior número de aspectos da situação de fronteira possa ser revelado. Somente dessa maneira o pesquisador é capaz de adquirir informações objetivas sobre as sociedades e situações sociais que investiga, imergindo no âmago do conflito e da conflitividade. Ao inserir-se ativamente nessas realidades complexas, o pesquisador pode acessar preciosos detalhes dos fenômenos em questão, indo além de meras

observações superficiais. Essa abordagem permite uma análise aprofundada e embasada, fornecendo insights valiosos sobre as dinâmicas sociais, as relações de poder e os processos de transformação presentes na fronteira.

No mais, os estudos sobre a fronteira contribuem para a construção do conhecimento agroecológico e a reflexão dos seus aspectos, visto que a agroecologia, como ciência, prática ou movimento, está totalmente atrelada à preservação dos diversos territórios e suas populações frente ao avanço do capital a essas. A agroecologia é construída por diferentes vivências, particulares, que juntas fortalecem a luta coletiva pelo acesso à ou permanência na terra. Resistir hoje é dever para que o futuro seja de paz. Nós, portanto, não sairemos daqui.

5 Conclusões

Os estudos de José de Souza Martins contribuem para o debate teórico e conceitual sobre as fronteiras. Seus relatos destacam a importância de considerar as perspectivas dos grupos marginalizados ou excluídos presentes nas fronteiras. Ele busca dar voz e visibilidade aos indivíduos e comunidades que vivem nessas regiões, revelando suas lutas, resistências e estratégias de sobrevivência. Isso permite uma compreensão mais ampla e aprofundada das dinâmicas sociais nas fronteiras.

A pesquisa na fronteira, então, seja ela realizada em qualquer recorte espacial ou temporal, não é simples e rápida. A cada dia novas dinâmicas se revelam, evidenciando a efervescência de interações e desdobramentos que ocorrem a partir desse fenômeno. Estudar as situações de conflito nas fronteiras requer, então, uma abordagem multidisciplinar, combinando análises históricas, políticas, sociológicas e antropológicas. Compreender as suas raízes é essencial para desenvolver estratégias de resolução, construção de paz e manutenção da identidade popular e originária.

A contribuição de José de Souza Martins na discussão sobre o avanço do capital no campo brasileiro, a partir de cotidianos negligenciados, como o da mulher, da criança e do trabalhador, se mostra sensível e abrupta, concomitantemente, trazendo o centro do olhar para realidade dolorosa da disputa na fronteira e de quem vive nela.

6 Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas e aos professores Fabrício Ardais Medeiros e João Manoel da Silva pela orientação. Ainda agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão da bolsa de estudo.

7 Referências

- CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Aumentam as ocorrências de conflitos por terra, resgatados do trabalho escravo e assassinatos em 2022**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6202-dados-parciais-aumentam-as-ocorrencias-de-conflitos-por-terra-resgatados-do-trabalho-escravo-e-assassinatos-em-2022>. Acesso em: abr. 2023.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática. Censo Agropecuário 2017**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: ago. 2022.
- MARTINS, J. S. **Fronteira - a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. v. 1, 190 p.
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.
- PRIMAVESI, A. M. Revisão do conceito de Agricultura Orgânica: Conservação do solo e seu efeito sobre a água. Palestra no Sindicato Rural de Itaipava (SINDAI). **Biológico**, São Paulo, v. 65, n. 1/2, p. 69-73, 2003.
- ROSA, A. V. **Agricultura e meio ambiente**. 7. ed. São Paulo: Editora Atual, 1998.
- SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 399 p.